

BOLETIM OBSERVATÓRIO DAS CIDADES DO CARIRI



II SIMPÓSIO DE GESTÃO DE CIDADES ABORDA O TEMA PANDEMIA, VULNERABILIDADES URBANAS E GESTÃO DA CIDADE; AS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE; RODA DE CONVERSA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E DIREITO À CIDADE; DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E VULNERABILIDADES NAS CIDADES

O II SIMPÓSIO DE GESTÃO DE CIDADES ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 07 E 08 DE OUTUBRO NO FORMATO VIRTUAL
PÁG. 02

O MUNDO DO TRABALHO: CONDIÇÕES E RELAÇÕES
PÁG. 04

RODA DE CONVERSA DEBATE A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O DIREITO À CIDADE NA PERSPECTIVA LOCAL
PÁG. 05

DICA E RESUMO DE ARTIGO - DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E ÁREAS DE VULNERABILIDADES NAS DE CIDADES
PÁG. 06

EXPEDIENTE

Textos

Ana Lúvia
Erika Lizandra
Danilo Sobreira
Danyelle Queiros

Laís Guimarães
Raquel Lira
Victor Rodrigues

Diagramação (Canva)

Ana Lúvia da Silva dos Santos

Coordenação Editorial

Ana Lúvia da Silva dos Santos
Francisco Ranieri Moreira da Silva

Edição 14

Juazeiro do Norte, agosto de 2020

"Boletim Observatório das Cidades do Cariri" publicação periódica do Laboratório de Estudos em Gestão de Cidades e Territórios (LACITE)

O II SIMPÓSIO DE GESTÃO DE CIDADES ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 07 E 08 DE OUTUBRO NO FORMATO VIRTUAL

Erika Lizandra - Estudante de Administração Pública, bolsista do Projeto Cidades em Debate - LaCITE



O Laboratório de Estudos em Gestão de Cidades e Territórios - LaCITE anuncia a realização do II Simpósio de Gestão em Cidades (IISGC). O evento acontecerá nos dias 07 e 08 de outubro do ano corrente e terá como tema: “Pandemia, Vulnerabilidades Urbanas e Gestão das Cidades”. Diferentemente da edição anterior, o II Simpósio ocorrerá de forma totalmente virtual, devido ao contexto no qual estamos inseridos, respeitando as recomendações das autoridades de saúde na prevenção e combate do novo coronavírus (COVID-19).

O evento foi pensado de forma coletiva contando com as opiniões e experiências de diversos parceiros. Ansiamos pela construção de um evento para toda a comunidade cujo objetivo principal é difundir informações e levantar questionamentos e reflexões acerca da gestão das cidades durante esse momento de crise, no qual novos desafios surgiram e desafios que antes já existiam, se acentuaram ainda mais.

O IISGC será apoiado em quatro eixos temáticos, aos quais todos os trabalhos submetidos devem estar vinculados. São eles: **Eixo 1 - Condições e Relações de Trabalho no Contexto de Pandemia:** este eixo leva em conta a importância do trabalho, como ele auxilia nas transformações da sociedade, a forma que as relações de classes são construídas nesse meio

e as vulnerabilidades existentes nessas relações, agravadas devido a covid-19;

Eixo 2 - Cidades, Vulnerabilidades e Agentes Sócio-políticos: os trabalhos vinculados a este eixo devem abordar os problemas socioterritoriais existentes nas cidades, particularmente nas grandes metrópoles, e o papel dos agentes políticos na elaboração de políticas públicas que sejam capazes de amenizar tais fragilidades. Deve-se levar em consideração também o contexto e os agravantes da pandemia na vida daqueles menos abastados e que vivem em situação de vulnerabilidade;



Eixo 3 - Governança e Gestão Democrática de Cidades e Regiões Metropolitanas: este eixo trata do processo de desenvolvimento urbano que as cidades vêm passando nas últimas décadas, tendo em vista que este resultou em diversas mudanças e elevou o nível de complexidade das cidades, evidenciando a necessidade de uma gestão mais forte e mais estruturada, explorando a cooperação intermunicipal e a participação dos cidadãos. Salienta-se também o papel das regiões metropolitanas no desenvolvimento local e regional e no apaziguamento de problemas que se propagam nessas áreas, desenvolvendo planos, políticas públicas e projetos, explorando o seu potencial de governança interfederativa;

Eixo 4 - As cidades na Sociedade informacional: tecnopolítica, e-democracia, e-governança e território: a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão cada vez mais presentes na realidade da sociedade contemporânea, e na administração pública não é diferente. Este eixo aborda a utilização da tecnologia na gestão das cidades e metrópoles através do governo e da governança eletrônica, capazes de trazer melhorias e auxiliar na prestação de serviços, na comunicação, participação cidadã, dentre outros. Ressalta-se, sobretudo, a importância e o papel destas no momento atual em que as relações virtuais se intensificaram e se tornaram tão presentes, quanto necessárias.



II Simpósio de Gestão de Cidades
Pandemia, vulnerabilidades urbanas e gestão da cidade

CHAMADA PÚBLICA PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO II SIMPÓSIO DE GESTÃO DE CIDADES

Submissão do Resumo Expandido
17/08/2020 a 14/09/2020
Link disponível na descrição

Realização:
LaCITE Laboratório de Estudos em Gestão de Cidades e Territórios
UFCA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PROEX | PRP | PROCLUT

Assim, convidamos você a também submeter trabalhos para o II SGC, dentro das informações contidas no Edital do evento ([acesse aqui](#)). Todos os trabalhos serão publicados nos anais do evento no nosso site.

Além disso, o Simpósio contará com cinco momentos distintos: a XIV Edição do Cidades em Debate, que ocorrerá no dia 16 de setembro, e irá nos encaminhar para o momento oficial do simpósio, no qual será discutido a questão da pandemia nas cidades do Cariri. Dando sequência às atividades do simpósio, no dia 07 de outubro, das 15h às 16h, teremos uma roda de conversa com o tema: O LaCITE e o debate sobre Gestão de Cidades; e das 18h30 às 20h30, acontecerá o primeiro painel: Pandemia, Vulnerabilidades Urbanas e Gestão das Cidades.



II Simpósio de Gestão de Cidades
Pandemia, vulnerabilidades urbanas e gestão da cidade

Even3
Inscrições Certificados

YouTube
Canal do YouTube e Transmissão ao vivo

Realização:
LaCITE Laboratório de Estudos em Gestão de Cidades e Territórios
UFCA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PROEX | PRP | PROCLUT

Apoio:
Laurbs **LIEBS** **INGETI** **SEBRAE** **GEA**

No dia 08 de outubro, pela manhã ocorrerá a apresentação dos trabalhos submetidos e aprovados; à tarde, das 15h às 17h, teremos nosso segundo painel: Governança Interfederativa e Gestão Metropolitana: desafios e perspectivas; e à noite, das 18h30 às 20h30, o terceiro painel: Insurgências Urbanas, Ação Coletiva e Coprodução da Cidade + encerramento do IISGC. As inscrições no evento e nas atividades podem ser realizadas, através do QR CODE ou do link da Plataforma Even3 ([clique aqui](#)), haverá emissão de certificados. Todas as atividades serão transmitidas via youtube ([se inscreva aqui](#)). Contamos com a presença e participação de todos para nos ajudar a tornar esse momento ainda mais rico.

CONDIÇÕES E RELAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Danyelle Queiros Lima Chagas (Ma. Desenvolvimento Regional Sustentável); Raquel de Oliveira Santos Lira (Ma. Administração); Victor de Oliveira Rodrigues (Dr. Sociologia)



Foto: G1 Globo PR

Entender as transformações urbanas a partir das dinâmicas presentes nas relações de trabalho e emprego é um desafio que tem ganhado cada vez mais interesse e atenção por diferentes áreas do conhecimento. As mudanças decorrentes das transformações tecnológicas e organizacionais, no âmbito dos processos de reestruturação produtiva, impactaram de forma desigual os diversos modos de vida e sociabilidade nos diferentes territórios ao redor do planeta. Como aponta Telles (2001, p.34) tem efeito de uma “modernização seletiva (...) que fragmenta o território nacional entre “ilhas de dinamismo” e regiões descartadas ou excluídas dos circuitos de uma economia globalizada”.

O trabalho tem um importante papel na formação das sociedades, dependendo das condições em que ele é realizado, o homem transforma a si mesmo e ao seu entorno, dessa forma, o trabalho é uma das bases de uma sociedade e vem determinando na história da humanidade as relações das classes sociais que por muitas vezes é de poder e de propriedade. A economia e, conseqüentemente, os modos de produção vem transformando as relações e as condições de trabalho, essas mudanças podem ser na área tecnológica, de automação ou até mesmo organizacional e estrutural e suas conseqüências é uma subproletarização que, por sua vez, acelera o processo de precarização do trabalho. Categorias como trabalho parcial, o subcontratado, o informal e o terceirizado representam a face perversa do sistema de produção capitalista na sua lógica ofensiva de obtenção de mais valor. O efeito é o aumento das desigualdades socioeconômicas, desregulamentação ou flexibilização das leis

trabalhistas, impactando diretamente nas formas de sociabilidades presentes nas cidades. As conseqüências de tudo isso são trabalhadores sem qualificação, sem profissões definidas, e sem nenhuma garantia de seus direitos, pois o modelo capitalista que se apresenta não se orienta para formar uma renda justa para classe trabalhadora nem muito menos se preocupa em formular uma política nacional que supere essa desregulamentação do trabalho.

Dados estatísticos apresentam que, embora o número de emprego com carteira assinada no setor privado tenha voltado a expandir em comparação à 2018, correspondendo à 94,6 milhões de pessoas, o movimento não acompanha o crescimento populacional (IBGE, 2020). Parte do contingente de trabalhadores não empregados migra para trabalhos sem carteira assinada que atingiram cerca de 12,0 milhões de pessoas (IBGE, 2020). Maior parte desse grupo está nas pessoas de baixa renda que se submetem, pela falta de opções às relações ainda mais precárias de obtenção de renda sem nenhum aparato de seguridade social.

Em último sentido, numa cidade de predomínio do trabalho precarizado (ou do precariado), temos um território de sociabilidades centradas na objetificação da vida em que não apenas os corpos estariam alienados, mas as mentes dos trabalhadores... sociedade do sofrimento. Ao se debruçar sobre a relação das transformações de trabalho e as cidades, resgatamos também a reflexão de Dejours (1992, p.139) “que tipo de homens (sujeitos) a sociedade fabrica através da organização do trabalho” para deixar a questão: que tipo de cidade essas formas de precariado estão gerando?

Referências

DEJOURS, Christophe. A Loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez Oboré, 1992.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743_informativo.pdf>. Acesso: 10 set 2020.

TELLES, V. S. A cidade e o trabalho. Cadernos Le Monde Diplomatique, São Paulo, , v. 2, p. 34 - 38, 22 jan. 2001.

RODA DE CONVERSA DEBATE A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O DIREITO À CIDADE NA PERSPECTIVA LOCAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI

Ana Livia - Estudante de Administração Pública, bolsista do Programa Observatório das Cidades do Cariri - LaCITE

O conhecimento e a prática do exercício da cidadania e do direito à cidade são essenciais para a concretização da democracia em prol de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis. Pensando nisso e para simbolizar o curso EaD de Participação Cidadã e Direito à Cidade promovido pelo LaCITE ao longo do mês de agosto, foi realizada a Roda de Conversa com a mesma temática no último dia 26/08 (quarta-feira). A temática bastante pertinente, principalmente em vista dos inúmeros desafios que enfrentamos no contexto urbano, foi o principal foco da roda de conversa. O momento aconteceu em formato virtual e foi transmitido pelo canal do YouTube do LaCITE devido às medidas de isolamento social decorrentes da pandemia. Assim, contamos com a presença da doutoranda em Arquitetura e Urbanismo prof. Ângela Lima, do Pesquisador do IPEA e doutor em Geografia prof. David Van den Brule e da presidente do Conselho de Habitação de Juazeiro do Norte, Francisca Gregório.

Abordando um encontro de perspectivas acadêmicas e da organização da sociedade civil, o momento foi bastante reflexivo, plural e participativo. À luz da observação da realidade e da dimensão do Direito à Cidade, observando os meios de participação social e os instrumentos legais que garantam a sua efetivação, inúmeras pautas foram colocadas em questão, como o acesso à informação, a importância das lideranças comunitárias, como também as possíveis origens e implicações no atraso da revisão dos Planos Diretores locais, que muitos se encontram ultrapassados e não são colocados em pauta de discussão na esfera pública ampliada, causando vários problemas e retrocesso na tomada de decisão das políticas públicas urbanas, afetando diretamente no bem-estar da população residente nas cidades, como a falta de mobilidade urbana, infraestrutura de qualidade, o inaccessibilidade à moradia digna e espaços públicos de lazer para todos.



Além disso, durante o momento divulgamos a publicação da cartilha "Direito à Cidade e Participação Cidadã" elaborada em parceria com a DECOM pelos bolsistas do Observatório das Cidades do Cariri. A cartilha traz de maneira simplificada e acessível os fundamentos dos pilares do direito à cidade e da participação cidadã, que se trata de uma contribuição técnica/produto tecnológico do LaCITE que estará à disposição da sociedade como ferramenta de apoio à formação. A cartilha ainda está em fase de diagramação e em breve estará disponível no site do LaCITE.

Portanto, a reflexão e conhecimento das temáticas em questão são muito importantes, levando em conta também que estamos em período eleitoral e o controle social e a participação de todos os cidadãos são cruciais na construção coletiva de uma cidade mais justa e democrática. A live do evento na íntegra encontra-se disponível no Youtube ([confira aqui](#)).

DICA E RESUMO DE ARTIGO - DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E ÁREAS DE VULNERABILIDADES NAS DE CIDADES

Danilo Sobreira, Laís Guimarães - Estudantes de Administração Pública, bolsistas do LaCITE

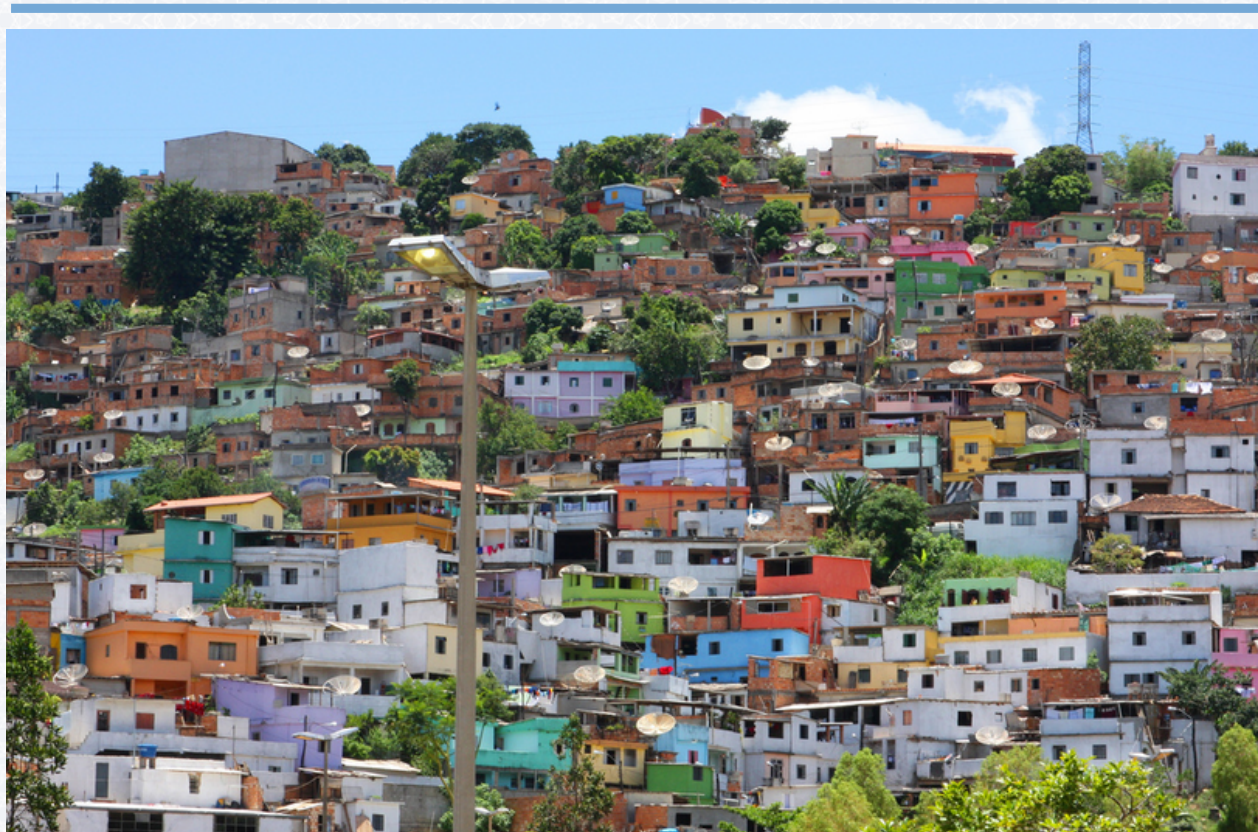


Foto: ONU Brasil (2016)

No artigo Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas de cidades, de autoria de Nelba Azevedo Penna- Prof^a Dra. da pós-graduação de Geografia da Universidade de Brasília- e de Ignez Barbosa Ferreira- pesquisadora associada da Universidade de Brasília- podem ser vistos os aspectos referentes à vulnerabilidade perpassando questões sociais e territoriais. O texto discorre acerca do conceito de vulnerabilidade, em que a mesma é definida como risco social, em suas características da falta de serviços coletivos e investimentos públicos em infraestruturas, as autoras citam Katzman (2000) no enfoque da vulnerabilidade a partir dos ativos e das estruturas de oportunidades.

Tais estruturas de oportunidades são oferecidas pelo mercado, pela sociedade e principalmente pelo Estado, como provedor de serviços públicos essenciais. As causas para as vulnerabilidades a que determinadas populações estão submetidas advém de inúmeros fatores como a inação do poder público e a própria lógica do capital que vulnerabiliza parcelas da sociedade.

Para além disso é necessário mencionar elementos outros do território do ponto de vista físico. Muitas das populações vulneráveis ocupam áreas inadequadas para habitação, propensas a inundações, deslizamentos entre outras intempéries. No entanto, esse elemento não pode ser argumento para absolver o Estado do seu papel de promotor do bem-estar da sociedade como um todo. Tais territórios indevidamente ocupados e que potencializam as vulnerabilidades revelam as contradições e os conflitos sociais na própria formação das cidades.

O processo histórico-social de produção do espaço das cidades revela em que medida as populações menos favorecidas tem efetivado o seu direito à cidade e qual grau de (in)justiça espacial ali se faz presente. Para tanto se faz elementar que o Poder Público assumam efetivamente o seu papel de centralidade na inserção dos moradores na cidade possibilitando dignidade de trabalho, moradia, saúde e lazer. Estas condições para além de uma simples redução da pobreza, potencializam uma ascensão social e redução das desigualdades.